



O pai é o Congresso Nacional

*Humberto Dantas **

A Fundação Konrad do Brasil apoia um podcast semanal que vai ao ar todas as sextas-feiras no blog Legis-Ativo, atrelado ao jornal O Estado de S. Paulo. Ali, uma das apresentadoras costuma lançar mão de um famoso dito popular para explicar porque ideias ruins desaparecem no Congresso Nacional: “filho feio não tem pai”. A despeito do caráter bastante popular da sentença e do pouco apreço à lógica do “politicamente correto”, uma coisa é fato: a antítese da afirmação carrega consigo uma verdade bastante importante, a saber, o que existe de bom tende a ter mais de um dono.

O atual governo brasileiro tem encontrado dificuldades para governar, sobretudo se entendermos os desafios de aprovar suas agendas de políticas públicas junto ao Poder Legislativo. A lógica do tradicional presidencialismo de coalizão tem sido colocada em questão em diferentes análises e instantes. O próprio Jair Bolsonaro afirmou que não negociará seus interesses, principalmente, com os partidos políticos. Entende tal diálogo como sinônimo indissociável de corrupção, e no ano passado chegou a dizer que não passaria o resto de seus dias jogando dominó na cadeia por negociar com as lideranças das legendas.

Negociação e corrupção não são sinônimos indissociáveis, mas isso pouco importa em termos práticos nesse instante. O discurso do presidente agrada parcelas do seu eleitorado, sobretudo aquela que não simpatiza com o Congresso Nacional e seus membros – eleitos por meio de nosso voto direto. Ademais, recentes gestos e ações aproximaram Jair Bolsonaro de alguns partidos de um grupo amorfo e questionável chamado de Centrão – os adjetivos não dizem respeito aos seus membros, obviamente, mas ao fato de que parte da Ciência Política questiona a existência efetiva, lógica e articulada de algo dessa natureza como bloco organizado.

Pois bem: a Presidência estaria negociando com o tal Centrão, mas continua a sofrer derrotas no Poder Legislativo. Parte das análises afirma que tal aproximação está associada apenas à necessidade de Bolsonaro evitar um processo de impeachment, num total de aproximadamente 50 que repousam na gaveta da Mesa Diretora. Mas há quem diga também que o diálogo sempre ocorreu, e que parte da agenda presidencial, a despeito de mudanças que costumam ocorrer nas propostas encaminhadas pelo Executivo, sempre existiram – para entender o modelo de funcionamento das matérias presidenciais no parlamento, sugerimos a leitura do livro de Andréa Freitas, lançado pela Fundação Konrad Adenauer em 2017, “O Presidencialismo da Coalizão”.

Diante desses aspectos, na semana passada a Câmara dos Deputados aprovou, em duas votações e com ampla maioria, o projeto que torna constitucional a lógica do Fundeb, o fundo que alimenta a educação básica no país. Sob o risco de se ver esvaziado por ter seu prazo de implementação e funcionamento esvaziado, o mecanismo vinha sendo discutido faz meia década no país - a PEC tem o número 15/2015. A temática é central. E a pergunta é: quem é o pai da criança?

O filho tende a nascer bonito. O Senado promete resolver a votação sem criar problemas, e como temos aqui uma emenda constitucional, ao Poder Executivo não cabe qualquer ação ou tentativa de veto. Importante salientar que o choro de Rodrigo Maia (DEM-RJ), presidente da Câmara, poderia sugerir a paternidade da matéria. Mas seria muito afirmar algo dessa natureza. Pela lógica do funcionamento regimental do Congresso, os presidentes têm poderes relevantes, mas basta ler os textos de



Graziela Guioti Testa Bruce e de Marcela Tanaka no blog Legis-Ativo para percebermos que os esforços foram absolutamente amplos.

Organizações ligadas à educação, parlamentares de diferentes partidos, muitos debates e discussões foram levados adiante para que fosse possível chegar no resultado obtido. Ademais, importante salientar os esforços de uma agenda essencial: a deputada Professora Dorinha (DEM-TO), que articulou muito bem a caminhada do processo. O papel da parlamentar foi essencial e absolutamente hercúleo.

Interessante notar aqui como a despeito de pesar pouco mais de 5% na Câmara dos Deputados, com 28 parlamentares em um total de 513, e ter menos de 8% no Senado, com seis representantes em 81, o DEM se tornou uma legenda absolutamente estratégica na lógica de articulação de agendas relevantes para o país. Primeiro porque preside as duas casas do Congresso. Ademais, tem se responsabilizado por pautas como a do Fundeb com Dorinha e a do Saneamento Básico, sob a relatoria do deputado federal Geninho Zuliani (DEM-SP), por exemplo. Obviamente outros partidos capitaneiam outras questões essenciais, mas como disse o cientista político Vitor Oliveira, no já citado podcast, existe a sensação de que o Democratas hoje é o partido que ideologicamente divide a Câmara ao meio, e, portanto, simboliza o que é possível no universo da tomada de decisões.

Diante de tal fato, e com base em tal habilidade de articulação, o filho Fundeb que nasce bonito tem como pai o Congresso Nacional. Isso não é novidade, e a despeito do semblante, com a reforma da Previdência não foi diferente. Tal percepção teria levado alguns analistas a afirmarem que no Brasil vige um parlamentarismo disfarçado, e Maia chegou a ser tratado como primeiro-ministro, por exemplo, pelo líder do PSL em abril de 2019, quando Bolsonaro ainda estava na legenda e tinha Delegado Waldir (GO) na posição.

O placar de votações do Fundeb não deixa dúvidas sobre o protagonismo de quem o levou adiante. Na primeira votação 499 x 7, e na segunda 492 x 6. Quem eram os dissidentes? Todos membros do que se convencionou chamar de bolsonarismo, ou seja, o discurso do Executivo buscando os louros pelo projeto é inócuo. Vitória do parlamento.

Diante de tais fatos, o que seria possível falar sobre a tão aguardada Reforma Tributária? Esse talvez seja um dos maiores – se não o maior – desafio do

Brasil. Que cobramos de forma equivocada impostos, isso não é novidade alguma. Mas quem estaria efetivamente disposto a ceder? E quem poderia ganhar? Dois grandes blocos de interesses se mostram aqui: empresas e suas mais diferentes naturezas de negócios, e entes federativos. Como conciliar indústria, serviços, comércio, agricultura, estados e municípios numa proposta capaz de formar maiorias consistentes? Mais uma vez o Poder Executivo derrapa. Desde meados do ano passado promete, por meio inclusive de um grupo de trabalho, enviar algo bom para o Congresso. Puxando por mais um ditado, o que se viu na última semana é que a “montanha pariu um rato”. Ou seja: o possível se mostrou acanhado, e agora o Congresso Nacional deve voltar a discutir uma proposta que estava no Senado e outra que estava na Câmara. Ambas atendem por nomes: na Câmara, o projeto do economista Bernard Appy (mentor intelectual) e Baleia Rossi (representante político); no senado a matéria do ex-deputado paranaense Luiz Carlos Haully. Procurar resultado para essa temática é algo tão incerto quanto imaginar que o Poder Executivo não sofrerá críticas com base naquilo que apresentou. O primeiro ponto é: pensando em complementar o debate com uma taxaçação pequena sobre movimentações financeiras virtuais, como defendeu Guilherme Afif Domingues, dificilmente Jair Bolsonaro não será acusado de tentar reaver a antiga CPMF que foi enterrada pelo Congresso Nacional numa das mais emblemáticas derrotas de Lula da Silva no poder. A partir de tal aspecto, acompanhem os próximos lances com uma certeza: o Fundeb, filho bonito, nasceu da capacidade de o Congresso Nacional produzir resultados condizentes com o que se espera de um parlamento, já a matéria Tributária é bastante capaz de continuar órfã de padrinhos, a despeito de os pais darem nomes às propostas.

As opiniões externadas nesta publicação são de exclusiva responsabilidade de seus autores. Não são necessariamente opiniões da Fundação Konrad Adenauer.